

A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL E O PADRÃO DE VIDA DA CLASSE TRABALHADORA: REVISITANDO A CONTROVÉRSIA.

Glaudionor Gomes Barbosa
Professor da Universidade Federal de Pernambuco
Mestre - Doutorando

Resumo

Este trabalho defende a proposição de que a controvérsia sobre o padrão de vida da classe trabalhadora inglesa durante a Revolução Industrial precisa ser retomada. Assim, o objetivo principal proposto é comparar algumas abordagens sobre o tema, tentando verificar suas consistências. Seguindo uma tipologia utilizada por Hobsbawm existem duas grandes tendências sobre a questão: uma interpretação pessimista, ligada pioneiramente ao nome de Engels e continuada, entre outros por Rioux, e outra interpretação otimista, defendida inicialmente por Clapham e Ashton, cujo representante moderno é Landes. Os defensores da última abordagem tendem a se concentrar em curvas de produto, preços e salários; os partidários da primeira buscam entender a situação de consumo, habitação, saúde e condições de trabalho, e procuram mostrar a existência de diferenciação entre os trabalhadores, evitando a aceitação não-crítica da conhecida aritmética das médias. As intervenções recentes de Hobsbawm (1981) representam um avanço, pois buscam um afastamento das posições extremadas, evitam o uso de fontes duvidosas ou muito questionadas como os Relatórios de Inspetores de Fábricas e busca trabalhar com dados quantitativos, tão utilizados e elogiados pela corrente otimista. Os resultados obtidos por Hobsbawm se constituem numa nova interpretação, que se deve denominar de realista. O trabalho, também realiza algumas investigações empíricas que refutam as interpretações otimistas. Os principais resultados são que para a grande maioria dos trabalhadores os padrões de existência estiveram sempre muito próximos ou no nível de subsistência. Em complementação a economia obedeceu – como era esperado – um comportamento cíclico de expansões e crises que afetou o padrão de vida dos trabalhadores.

Palavras-chaves: Revolução Industrial. Padrão de Vida. Controvérsia.

1. Introdução

O objetivo central desse trabalho é retomar e discutir a controvérsia sobre o padrão de vida da classe trabalhadora inglesa durante a Revolução Industrial. Quanto à estruturação, o artigo é composto de seis seções, incluindo essa introdução. A seção dois apresenta o problema a ser investigado; na seção três se discute as várias interpretações pessimistas e otimistas sobre o tema; na seção quatro são apresentados e discutidos elementos dos estudos de Hobsbawm sobre a questão; a seção cinco realiza uma breve análise de dados disponíveis; a seção seis trata das considerações finais.

2. O problema

Existe em História Econômica um debate inconcluso e que, talvez, nunca venha a se concluir. Trata-se da controvérsia sobre o padrão de vida da classe trabalhadora durante a Revolução Industrial inglesa. Não é propósito deste trabalho obter uma resposta definitiva, porém fazer uma revisão do tema e colocar em discussão dados que possam lançar alguma luz sobre o problema.

Enquanto autores, que podemos chamar de clássicos, como Ricardo, Marx, Engels, Toynbee, os Webbs e os Hammonds estudaram e apresentaram aquele período histórico como de grandes sofrimentos para os trabalhadores: miséria generalizada, alto grau de exploração, opressão política,

agitação e resistência popular. Outros, como Clapham, Ashton, Hayek, Rostow, Hartwell e Landes defenderam que a situação dos trabalhadores esteve longe de ser péssima naquele período. Assim, a industrialização pioneira é reescrita e considerada como uma época de desenvolvimento e prosperidade e não de opressão, exploração e conflito. Até então não parece haver problemas, pois a história é reescrita constantemente. Talvez, se precise reescrevê-la mais uma vez. A controvérsia ganha dimensão porque as posições são extremadas. Em oposição às observações dos pessimistas, de que as ruas eram fétidas, as casas dos operários cubículos onde se amontoavam dezenas de pessoas, que o vestuário dos pobres era de péssima qualidade, que a alimentação era insuficiente e de má qualidade, que as famílias trabalhadoras eram doentes e morriam com facilidade; os otimistas argumentaram que havia muito exagero dos pessimistas, que as condições não eram tão ruins, que o consumo melhorou sensivelmente, que as habitações eram relativamente — ou muito — confortáveis.

O verdadeiro cerne da controvérsia é que ao se referir a padrão requer medidas comparativas de salários e preços. Essas séries históricas nem sempre são fáceis de construir. No caso da Revolução Industrial as dificuldades são imensas. Os dados existentes são fragmentados e oriundos de fontes diversas e às vezes contraditórias. Na verdade, não existe nenhuma série contínua disponível.

3. As interpretações: pessimistas versus otimistas

Segundo Ricardo (1985) para qualquer mercadoria existe um preço natural e um preço de mercado. Para o trabalho há um salário natural e um salário de mercado. O salário natural é um mínimo de subsistência, que depende das condições gerais da sociedade, não se constituindo apenas numa cesta fisiológica. O salário de mercado depende das condições de demanda e de oferta do trabalho. Duas questões importantes podem ser deduzidas dos argumentos ricardianos: o salário de mercado oscila em torno do salário natural, mas no longo prazo há uma tendência para o salário de mercado convergir para o salário natural; o salário natural sendo um conceito de longo prazo é determinado unicamente pela oferta, ou seja, pelos custos de produção ou reprodução dos trabalhadores.

Marx (1999) inicialmente apresenta três questões essenciais para se entender o padrão de vida dos trabalhadores: (a) o salário natural é um salário de subsistência, definido como aquele suficiente para manter e reproduzir o volume requerido de força de trabalho; (b) a introdução de máquinas desempenha o papel de poupar trabalho e de manter os salários num patamar mínimo; (c) a acumulação de capital é determinante no processo de definição dos níveis salariais.

Pela teoria da acumulação do capital, existe uma proporção entre os exércitos industriais da ativa e da reserva. Com o aumento da acumulação, a situação dos trabalhadores melhora, pois se aumenta o número de empregados e se reduz o de desempregados, de forma que os salários se ajustam para cima. Esta situação ocorre no momento expansivo do ciclo. Na crise e na depressão a relação

se inverte e os salários se ajustam para baixo. Cabe destacar que um dos principais papéis da inovação tecnológica é evitar que a demanda por força de trabalho aumente demais pressionando os salários para cima.

A mais viva descrição das condições de vida dos trabalhadores nas cidades industriais da Inglaterra foi realizada por Engels (1975), não através de testemunhos de terceiros, mas como testemunha ocular da história. Baseou seu trabalho, também, na grande imprensa e em relatórios de inspetores de fábricas. A maioria das críticas que se faz a este autor parece trazer implícita a bizarra idéia de que a grande imprensa estava contra os interesses do capital e que os inspetores de fábrica eram todos perigosos comunistas.

As condições de existência que Engels descreve são, para dizer pouco, brutais. Diz que durante sua primeira permanência na Inglaterra, de 20 a 30 pessoas morreram diretamente de fome e dezenas de outras faleceram de causas ligadas a profunda subnutrição. As habitações dos pobres eram de péssima qualidade. Eram construções de tijolos, de um ou dois andares alinhadas em longas filas. As ruas eram sujas, desniveladas, cheias de detritos e com esgotamento sanitário a céu aberto. Acumulavam-se nestas ruelas, charcos estagnados e mal cheirosos. A circulação de ar nas casas era muito ruim. Todas eram superlotadas. Contudo, continua Engels, existem bairros ainda piores como um muito mal afamado, denominado de “Ninho dos Corvos”. Em um amontoado de cubículos a sujeira era total. As casas eram construídas de modo a otimizar todos os espaços, numa confusão arquitetônica indescritível. Nestes bairros de má reputação se amontoavam os trabalhadores mais pobres, os ladrões, os escroques de todos os tipos e as prostitutas, numa mistura que destrói qualquer possibilidade de dignidade humana. É a ralé criada pela industrialização e que em muitas ocasiões de conflito, era usada contra os trabalhadores. Buracos no subsolo também eram utilizados como habitação. Eram centenas de pessoas, muitas irlandesas que se escondiam debaixo de terra e rastejavam para fora no intuito de “ganhar o que comer”.

No item vestuário, Engels argumenta que as roupas dos operários, na maioria dos casos, estavam em péssimo estado. Os tecidos utilizados não eram apropriados para o clima. As camisas masculinas eram de algodão. As mulheres vestiam chita. Para a roupa de domingo os operários tinham duas opções: ou adquiriam nas piores lojas uma roupa de um tecido chamado de devil's dust, ou adquiriam uma roupa de segunda mão desgastada e que só durava algumas semanas. Os mais pobres, principalmente irlandeses se vestem de farrapos que são constantemente remendados de qualquer maneira: retalhos de uma cor posto sobre roupa de outra cor (quando se distingue a cor original); algodão remenda lã e vice-versa.

Quanto à alimentação, segundo Engels, era pouca e de má qualidade. Nos grandes centros urbanos da Inglaterra era possível se obter uma grande variedade de produtos de excelente qualidade, mas

os preços estavam totalmente acima da capacidade de compra dos trabalhadores. As batatas eram de qualidade inferior, os legumes muitos e velhos, o toucinho rançoso, a carne magra e dura, de gosto ruim, às vezes podre e quase sempre oriunda de animais doentes. Como não havia sistema de refrigeração, os trabalhadores aproveitavam para comprar produtos perecíveis no limite de conservação por preços baixos. Muitas vezes essas mercadorias não resistiam a uma noite e estavam estragadas na manhã seguinte.

Rioux (1975) afirma que durante todo o período da industrialização inglesa, a jornada de trabalho foi aumentada até o limite humanamente suportável pelos operários. Enquanto se dependeu da luz solar a jornada era estendida, começando-se o mais cedo possível e terminando-se enquanto houvesse luz suficiente. Com a invenção da iluminação à gás, a maioria das fábricas passou a funcionar dia e noite. Não era um fato inteiramente novo as longas jornadas de trabalho. No período pré-industrial, o artesão, às vezes, tinha nos momentos de forte demanda — quantidade grande de encomendas — que trabalhar até 16 horas diárias. Porém, era diferente do sistema fabril. Neste havia regularidade e repetição dos processos, as pausas para lanches e descansos eram constantemente reduzidas pelos patrões, havia forte vigilância dos guardas, e o pagamento era feito por peça. O trabalho era contínuo e não havia feriados ou férias. A fábrica era uma prisão. O uso do trabalho feminino e infantil era bastante disseminado e visava três objetivos:

Vencer, pela concorrência, as resistências eventuais dos trabalhadores homens, e baixar os salários; concentrar famílias inteiras no trabalho industrial e assim acelerar a ruptura com o mundo e as atividades rurais, criar a massa de mão-de-obra disponível para o futuro; utilizar enfim a máquina com total rendimento utilizando uma imensa força de trabalho nova. Na tecelagem, na fiação, nas vidrarias, nos ateliers mecânicos, nas minas, as mulheres fazem o trabalho do homem, sem nenhum privilégio. As crianças, por sua flexibilidade e pequeno talhe, são empregadas em trabalho de precisão o que dispensa o empregador de acelerar o aperfeiçoamento mecânico do material: puxar, muitas vezes, rastejando, os vagonetes nas trincheiras das minas; consertar os fios quebrados atrás das máquinas, limpar as partes poucos acessíveis das máquinas.

O ponto de vista de Rioux é que ocorreu, freqüentemente, redução do salário nominal, conseqüentemente do salário real, isto é, do poder de compra. Sempre que a concorrência e o excesso de oferta de produtos comprimiam os lucros, os salários eram “arrochados”. Em 1784 o preço de venda de uma libra-peso de fios de algodão girava em torno de 10 shillings, enquanto o custo com matéria-prima não ultrapassava 2 shillings, deixando um saldo de 8 shillings. Esta margem muito dilatada de lucro permitiu aumentar os salários. Em 1812, a margem de lucro cai para 1 shillings; em 1832 para 4 pences. Nesta nova conjuntura, a extração da mais-valia absoluta é intensificada e os salários reduzidos. Se um homem não quer se submeter às novas condições, outros homens aceitam, as mulheres e crianças aceitam e principalmente os irlandeses aceitam.

A questão central é como os salários podiam se elevar, se os ciclos de negócios estavam sempre gerando desemprego estrutural somado a importação em massa de mão-de-obra quase servil irlandesa. Este volume gigantesco de desemprego estrutural não era e não podia ser reduzido substantivamente no auge, pois a economia gerava taxas de crescimento médio anual do Produto em torno de apenas 2%. Neste ponto os historiadores econômicos ortodoxos que como engenheiros frustrados estão sempre tão apaixonados pela matemática mais complexa, esquecem da matemática elementar, a saber: que o emprego cresce numa taxa próxima do crescimento do produto. Mesmo no final do século XIX, o desemprego estrutural chegou a 15%. Muitos operários caem da situação de proletários para a de subproletários e chegam, mais das vezes, a condição de indigentes. Em 1848, na Inglaterra, são 1.400.000 de indigentes e 2.000.000 de detidos nas *Workhouses*. A mendicância se tornou uma instituição nacional. Os furtos se tornaram para muitos o único meio de sobrevivência. Sobre a questão habitacional, assim se expressa Rioux:

Os mais infelizes se refugiam nos pardieiros e adegas, alugadas a preços elevados. Por toda parte, umidade ou canícula, sujeira, promiscuidade, vermes, nada além de um mobiliário sumário e alguns utensílios. Em Manchester, até 1860, não era raro encontrar quinze pessoas vivendo num mesmo cômodo, sexos e idades misturados, com revezamento entre equipes de dia e de noite.

O autor otimista mais famoso é Hayek (Prêmio Nobel de Economia) que afirmou que a visão da Revolução Industrial defendida pelos pessimistas não é apenas equivocada, mas “*é um mito supremo que mais do que qualquer outro mito tem servido para desacreditar o sistema econômico a que devemos nossa moderna civilização*”

Ashton (1977) argumenta que muito se escreveu sobre a Revolução Industrial e suas conseqüências sobre os trabalhadores. Algumas pessoas, condoídas, com a sorte dos derrotados na luta contra a evolução da máquina, associam avanços tecnológicos com miséria e pobreza. Além disso, este autor critica um famoso estatístico que declarou que no início do século XIX o padrão de vida do trabalhador inglês havia caído ao nível dos asiáticos. Para Ashton este autor deve desconhecer as estatísticas organizadas por vários investigadores.

Argumentando que uma mudança profunda como a industrialização inglesa não poderia enriquecer os ricos e empobrecer os pobres, Ashton diz que as mercadorias produzidas eram artigos de primeira necessidade e instrumentos de produção. Assim, depois que passou os efeitos da guerra, isto é, após 1830, os tecidos de algodão e lã, os alimentos e as bebidas foram consumidos não por uma elite, mas pela massa de trabalhadores. Neste ponto o autor faz a seguinte consideração: o volume de exportação era muito grande, mas a receita dos exportáveis comprava, em sua maior parte, não seda ou vinho, e sim, açúcar, grãos, café e chá para o povo. A alimentação da classe trabalhadora melhorou bastante. A farinha de trigo substituiu a cevada e a aveia; e a carne juntamente com a batata tornou-se um prato comum na mesa da família operária.

O argumento de que as exportações inglesas compravam basicamente importações de produtos de primeira necessidade ou de mercadorias populares carece de sentido e não possui apoio nas evidências. Na década de 1760, as exportações de têxteis correspondiam a 53% do total exportado, enquanto na década de 1820, as mesmas equivaliam a 80% das exportações. Cabe destacar que na primeira década o total exportado era de aproximadamente 10 milhões de Libras, na última este valor em Libras era de 46 milhões. Na década de 1760, importava-se 2% de cereais (cereais e farinhas); 36% de Víveres (café, açúcar, chá, vinho e tabaco); 16% de matérias-primas para a indústria têxtil e 6% de outras matérias-primas. Na década de 1820, a importação de cereais subiu apenas para 3%; de Víveres caiu para 35%; a de matérias-primas para a indústria têxtil aumentou para 33% e outras matérias-primas aumentou para 10%. Assim, fica evidente que as exportações inglesas compravam não bens de salário para os trabalhadores, mas sim matérias-primas para a própria indústria. O que torna o argumento de Ashton pura fantasia.

Ashton admite que a jornada era longa e estafante, e que havia poucos dias de descanso. O trabalho fabril era nocivo à saúde e a moral da juventude. Contudo é indubitável que as máquinas trouxeram facilidade e diminuíram o esforço dos trabalhadores.

Quanto às habitações, o ponto de vista de Ashton é de que o problema se tornou mais sério depois de 1815, pois além do aumento do custo da construção que já vinha num crescendo desde 1790, ocorreu um afluxo muito forte de irlandeses. Em 1830, cerca de um sexto das famílias de Manchester era de origem irlandesa e o percentual de pessoas vivendo em Caves era de 11,75. Em Liverpool, cidade com forte presença irlandesa, este percentual chegava a 15. Desse ponto de vista, os irlandeses tinham uma preferência fortíssima e incorrigível de morar debaixo da terra.

Na continuação de seus argumentos, o autor vai afirmar que em cidades mais novas, especificamente industriais, havia poucos irlandeses e um percentual pequeno de Caves. Em primeiro lugar que cidade poderia ser mais industrial que Manchester, Liverpool ou Londres? Em segundo lugar que consistência lógica e histórica tem o argumento que leva à crença de que se não tivesse existido imigração irlandesa não teria havido problemas habitacionais? A questão “esquecida” é que os irlandeses eram essenciais para manter os salários baixos e permitir uma acumulação de capital mais rápida. Pode-se dizer, sem medo de errar, que sem batatas e irlandeses não teria havido uma Revolução Industrial com o formato e a rapidez daquela que efetivamente existiu. Não se trata da prática corrente, e às vezes vazia, dos contrafactuais, mas da razoável certeza de que “outra” Revolução Industrial teria tido lugar. Como teria sido? Não sabemos.

Por fim, o autor defende uma idéia que se tornou lugar comum na pena dos otimistas, a saber, todos os problemas do período que vai até 1830 são creditados a fatores exógenos ao processo de industrialização. A gênese do capitalismo industrial não trouxe problemas, eles vieram de fora.

Não existe nenhum processo de mudança que possa ser explicado unicamente por variáveis exógenas. A experiência demonstra o contrário: os principais fatores determinantes são endógenos ou há uma combinação particular de ambos os fatores. É possível que as guerras não tenham sido um acontecimento venturoso para o capitalismo industrial nascente, contudo, os dados de exportação e importação de ferro e de chumbo indicam já na primeira década do século XIX, a Inglaterra exportava mais ferro do que importava. Na terceira década daquele século o saldo de exportação anual de ferro foi de 62.000 toneladas. Quanto ao chumbo de 1760 até 1830 a média anual das exportações líquidas foi de 13.600 toneladas. Sabe-se que o ferro e o chumbo são insumos essenciais numa economia de guerra. Para quem a Inglaterra exportava tanto ferro e chumbo? Para diversos países, mas principalmente para a França e a Alemanha. A Inglaterra perdeu ou ganhou com as guerras?

Segundo Hartwell (1974) os escritores pessimistas como Dickens, Engels e os Hammonds transformaram a Revolução Industrial e o capitalismo em sinônimos de degradação da classe trabalhadora. O mal maior, diz o autor, foi convencer o público em geral de que os horrores da Revolução Industrial revelavam os horrores do capitalismo.

Para Hartwell ocorreu um aumento dos salários reais durante a Revolução Industrial, pois embora os salários monetários (nominais) tenham se mantido estáveis, os preços dos produtos agrícolas entraram em queda livre, com os produtores rurais competindo para ofertá-los a preços cada vez mais baixos. Embora se possa debater a magnitude do aumento dos salários reais, não há como discutir que eles aumentaram. Desse modo, as condições de vida melhoraram.

Quanto a desemprego e subemprego, diz Hartwell, é um equívoco achar que os aumentos dos salários reais foram corroídos pelas taxas crescentes de desemprego, principalmente o tecnológico e pelo subemprego. Embora possa ter existido algum desemprego tecnológico, é possível afirmar que a taxa de desemprego nunca ultrapassou 8% na média anual e que foi provavelmente muito menor. Além do mais a estabilidade dos salários monetários entre 1820 e 1850 indica baixa concorrência entre os trabalhadores, pois se tivesse havido um número alto de desempregados, a concorrência teria baixado os salários.

Para quem está querendo apresentar dados que confirme a condição de que a industrialização só gerou bem-estar, Hartwell é extremamente evasivo: *“nunca ultrapassou 8%” .. “foi provavelmente menor” ... “a estabilidade dos salários monetários indicam inexistência de alto desemprego”*. Onde existem dados eles estão distantes daqueles apresentados por outros estudiosos. Afirmar que a estabilidade dos salários nominais é resultado de baixo desemprego é jogar no lixo duas teses comprovadas: (a) os salários não podem cair abaixo de certo nível que garanta a qualidade e a integridade necessária para que a mercadoria força de trabalho possa retornar sempre para a

fábrica, de modo a permitir a sobrevivência do trabalhador e de uma prole que o substituirá no futuro; (b) em qualquer conjuntura os salários monetários são rígidos para baixo, ou seja, os trabalhadores aceitam ou não percebem que os salários reais caem pelo aumento do nível de preços, mas não admitem redução do salário monetário. Por fim, o autor “esquece” que está se referindo a um período de grande agitação operária.

Landes (2005) é o otimista mais conhecido na atualidade. O importante neste autor é que o mesmo prefere situar sua análise no século XVIII quando discute a Revolução Industrial inglesa e faz toda discussão com uma metodologia comparativa entre o caso inglês e os de outros países. Como era a Inglaterra que estava em transformação profunda, a comparação perde sua força analítica. É como comparar a seleção brasileira de futebol de 1970 com algum time de segunda divisão.

Landes afirma que o poder de compra *per capita* e o padrão de vida eram mais elevados na Inglaterra que na Europa continental. É que apesar de não haver dados exatos sobre a renda no século XVIII, há uma vasta literatura com depoimentos de viajantes que estiveram nos dois lados do Canal da Mancha, que confirmam a supremacia econômica e os altos níveis de bem-estar da Inglaterra.

Landes argumenta que o trabalhador inglês não apenas estava melhor alimentado, mas ao gastar uma fração menor de sua renda com comida, podia usufruir de outros confortos inacessíveis para seus companheiros continentais. Os ingleses tinham reputação de usar sapatos de couro, diz o autor, enquanto franceses e holandeses usavam tamancos. Usavam roupas de lã, enquanto os outros tremiam de frio no inverno. O autor chama em seu auxílio o que Defoe escreveu em 1728:

(...) no mais, vemos suas Casas e Hospedarias razoavelmente mobiliadas ou, pelo menos, providas de utensílios necessários de uso doméstico: mesmo aqueles a quem chamamos de pobres, os artífices, gente operosa e esmerada, agem assim; deitam aquecidos, vivem na abundância, trabalham muito e [não] conhecem a privação.

A grande maioria dos autores que estudaram a Revolução Industrial inglesa, de qualquer filiação ideológica, sejam otimistas ou pessimistas, concordam em situar o referido processo entre 1750 e 1880, como intervalo mais longo. O início da industrialização inglesa se dá nos seguintes anos, segundo os autores: Ashton (1760); Rioux (1780); Engels (1790); Rosenberg (1750); Landes (1750) e Hobsbawm (1780). Landes utiliza a descrição de um escritor de romances de qualidade duvidosa (Defoe) como fonte histórica, quando os otimistas estão sempre a criticar Dickens como não científico e mesmo maldosamente colocam Engels junto com o autor do excelente romance “*Tempos Difíceis*” (1854). Mas na verdade a questão que se quer colocar não é a pertinência de se utilizar ou não a literatura como fonte histórica. Se pode, sim. A questão é que Defoe escreve no início do século XVIII quando não havia Revolução Industrial e cita não operários fabris e sim artesãos qualificados.

4. A intervenção de Hobsbawm

Hobsbawm (1981) inicia seu trabalho afirmando que evitará as evidências que foram mais atacadas pelos otimistas (relatórios de comissões fabris, relatos, etc.) e que concentrará a discussão em evidências quantitativas, dado que a visão clássica — a qual Hobsbawm está filiado — pode ser baseada em dados estatísticos. Além do que este é o campo predileto dos otimistas.

É notório, diz Hobsbawm, que a maioria da população do Nordeste europeu estava em melhores condições materiais em 1900 quando comparadas com 1800. Mas isso não significa que comparações entre duas outras datas ofereçam o mesmo resultado, também não significa a aceitação da lógica evolucionista que diz que o padrão de vida melhora sempre. É preciso algumas condições para o padrão melhora. Estas condições não estavam presentes no início da Revolução Industrial.

Segundo Hobsbawm é normal que os salários industriais sejam maiores que os rurais. Por outro lado, não se trata de se averiguar a renda média de um segmento específico de trabalhadores, mas de todos os trabalhadores, ou do que constitui a maioria. Este trabalho concorda com Hobsbawm, pois o custo de vida urbano é sempre maior que o rural e nas cidades surgem mercadorias que se incorporam, inclusive no interesse de seus produtores capitalistas, à cesta do trabalhador. Também não faz sentido mostrar como os salários médios de algumas categorias especiais aumentaram. Um exemplo contemporâneo esclarece a questão: apresentar como representativo do padrão de vida da classe trabalhadora brasileira, os salários médios dos ferramenteiros do ABC paulista ou dos petroleiros nos anos setenta e oitenta do século passado seria uma imensa distorção dos fatos e levaria a resultados inteiramente irrealis.

Hobsbawm também argumenta que uma parte não desprezível da polêmica entre otimistas e pessimistas é dedicada a se acusar ou a absolver o capitalismo de culpa pelas péssimas condições de vida no começo da industrialização inglesa. Os otimistas tendem a jogar a culpa na insuficiência de iniciativa privada, ou seja, há falta de capitalismo no começo do mesmo; culpam-se, também, as condições pré-capitalistas e outros fatores semelhantes. Esta é uma discussão metafísica que não interessa ao autor. Vale a pena citá-lo, por se tratar de uma verdadeira aula de Teoria da História:

O que teria acontecido se todos os cidadãos da Europa em 1800 tivessem se comportado como os manuais de economia mandavam, e se não tivesse havido obstáculos ou atritos, não é uma questão para historiadores. Eles estão, no primeiro caso, preocupados com o que aconteceu. Se isso pode ter acontecido de maneira diferente, é uma questão que pertence a outra discussão.

De acordo com Hobsbawm um dos argumentos mais repetidos pelos otimistas deve-se a Ashton, que ao dividir os trabalhadores em dois grupos, afirma que o grupo com melhores salários aumentou sensivelmente. Não há evidência para sustentar este argumento, mas há evidencia em contrário. Ou seja, mesmo em períodos posteriores a 1840 ou 1850, 40% dos trabalhadores estavam na linha de pobreza ou abaixo dela, isto é, no nível de subsistência ou abaixo do mesmo.

Dados sobre desemprego, apesar de limitados indicam em algumas regiões 60% de desemprego fabril. Dados de algumas cidades industriais inglesas para o biênio 1841-1842, mostra de um total de habilitados para o trabalho, 34% de trabalhadores estavam totalmente empregados, 29% parcialmente empregados, 33% estavam desempregados e 4% são de erros e omissões.

De acordo com Hobsbawm os indicadores de consumo são os melhores para medir o padrão de vida no período estudado, principalmente porque eles estão mais disponíveis. Desse modo, o chá, o açúcar e o fumo, sendo importados, foram registrados de forma relativamente adequada. Eram mercadorias importantes no consumo dos trabalhadores da Revolução Industrial e não mostraram tendência de elevação até meados da década de 1840.

Quanto ao consumo de carne, o autor utilizando uma série decenal de 1801 a 1851 mostra que a população inglesa cresceu sempre a frente da produção de carne. Há um declínio do plantel de vacas leiteiras, não havendo importação de leite, pode-se afirmar que ocorreu uma queda no consumo de leite, mas o mesmo não se pode dizer do consumo de manteiga. É importante destacar que o consumo de manteiga aumentava quando o de carne diminuía

Hobsbawm conclui que numa perspectiva quantitativa, mesmo que problemática, tanto para otimistas quanto para pessimistas, não há razão para acreditar em melhorias no padrão de vida da classe trabalhadora antes de meados da década de 1840.

5. Uma análise dos dados disponíveis

Tabela 1
Consumo *per capita* de produtos representativos
da cesta dos trabalhadores
Reino Unido (1800-1849)

Ano	Açúcar	Chá	Tabaco	Cerveja
1800-1809	19,12	1,42	1,11	25,2
1810-1819	18,06	1,29	1,01	22,5
1820-1829	17,83	1,27	0,79	20,2
1830-1839	17,59	1,37	0,86	ND
1840-1849	19,45	1,54	0,91	ND

Fonte: Mathias:1969, p. 349.

Médias anuais por década

Açúcar, Chá e Tabaco em Libras-peso; Cerveja em galão

A tabela 1 apresenta uma série decenal cobrindo um período de cinquenta anos para quatro produtos básicos da cesta de consumo dos trabalhadores. Há no período analisado uma queda no consumo *per capita* daquelas mercadorias, até o final da década de 30, com exceção da cerveja cujos dados só estão disponíveis até 1829. A tabela também mostra que a recuperação do consumo ocorrida na década de 40 apenas o faz retornando ao patamar do período 1800-1809.

Tabela 2
Índices de Preços
Reino Unido (1790-1849)

	Ano	Bens de Consumo (a)	Bens de Consumo (b)	Preços do Trigo (c)	Preços do Trigo (d)	Preços do Pão (e)	Preços do Pão (f)
1	1790-1794	100	—	100	—	100	—
2	1795-1799	120	20,0	132	32,0	133	33,0
3	1800-1804	148	23,3	171	29,5	177	33,1
4	1805-1809	155	4,7	171	0,0	185	4,5
5	1810-1814	175	12,9	207	21,0	221	19,5
6	1815-1819	149	- 19,9	201	- 2,9	194	- 12,2
7	1820-1824	110	- 26,2	115	- 42,8	152	- 21,6
8	1825-1829	ND	ND	126	9,6	150	- 1,3
9	1830-1834	ND	ND	116	- 7,9	142	- 5,3
10	1835-1839	ND	ND	112	- 3,4	132	- 7,0
11	1840-1844	ND	ND	117	4,5	132	0,0
12	1845-1849	ND	ND	110	- 6,0	127	- 3,8
	Médias	—	2,5	—	1,8	—	2,4

Fonte: Mathias:1969, pp. 350-351 e 365 — Reelaborada pelo Autor

(a), (c) e (e): Índices de Preços — (b), (d) e (f): Variação Percentual em relação ao período anterior

A tabela 2 apresenta uma série quinquenal com sessenta anos, começando em 1790 e terminando em 1849. Trata-se de índices de preços para bens de consumo, trigo e pão.

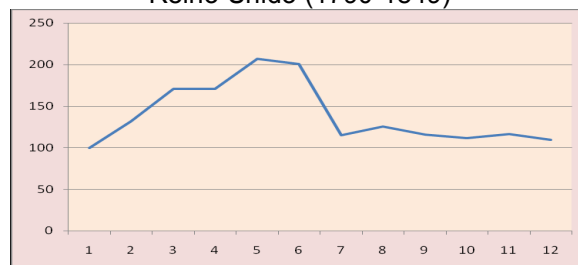
Pode-se observar que os bens de consumo têm seus preços elevados até 1814, caindo em seguida até 1824 (para o período 1825-1849 não há dados disponíveis). É importante observar que: (a) até 1814 os preços aumentam 75%; (b) o valor de 1824 é 110, portanto maior que o valor inicial da série que é 100 para 1790; (c) a média das variações é de 2,5, logo um valor positivo, o que indica que em todo o período considerado ocorreu mais aumentos de preços (deslocamento para cima da curva em relação a linha da média) do que diminuição de preços (deslocamento para baixo da curva em relação a linha da média).

Com respeito ao trigo, os preços se elevaram, também, até 1814, caindo então até 1849. Observe-se que: (a) o aumento acumulado até 1814 é de 107%; (b) o valor de 1849 é 110, logo maior que o índice inicial da série; (c) a média das variações é de 1,8, portanto um valor positivo, o que demonstra o mesmo comportamento visto para os bens de consumo.

Quando se estuda o preço do pão, um dos principais componente da dieta do trabalhador, pode-se notar que os preços, também, se elevaram até 1814, sofrendo redução até 1849. É importante notar que: (a) o aumento dos preços do pão até seu máximo em 1814 foi de 121%; (b) o valor do ano de 1849 é 127, ou seja, 27% maior do que o valor de 1790; (c) a média das variações é de 2,4, o que confirma o comportamento das duas séries anteriores.

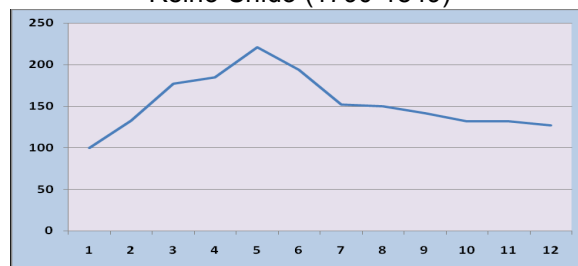
O gráfico 1 mostra a trajetória do preço do trigo. Pode-se observar que há um crescimento acentuado até 1814, uma queda suave até 1819, nova queda acentuada até 1824, uma elevação suave até 1829, para de este ano em diante a curva adquirir uma quase estabilidade linear.

Gráfico 1
Índices de Preços do Trigo
Reino Unido (1790-1849)



O gráfico 2 apresenta a curva de preços do pão no período de 1790 a 1849. O comportamento da curva é de aumento acentuado até 1814, queda acentuada até 1824 e uma queda suave até 1824. No período de 1835 até 1849 ocorreu uma estabilidade relativa da curva.

Gráfico 2
Índices de Preços do Pão
Reino Unido (1790-1849)



6. Considerações finais

Uma leitura tenta das obras representativas dos autores que escreveram sobre o padrão de vida da classe trabalhadora inglesa na Revolução Industrial demonstra cabalmente que houve exagero narrativo e analítico de ambas as correntes em disputas. Escrever, tendo como pano de fundo suas convicções, em ciências humanas e sociais não merece recriminações. O mito de uma objetividade científica absoluta e de uma neutralidade axiológica plena não serve ao conhecimento em nenhum sentido, e presta um monumental desserviço quando os defensores desse comportamento objetivo e neutro se utilizam de instrumentais matemáticos complexos com pouca ou nenhuma aderência à realidade e com recursos “falsificacionistas”.

Os dados coletados e discutidos por Eric Hobsbawm são evidências fortíssimas de que no período 1790-1840, o padrão de vida da classe trabalhadora não só piorou como oscilou em torno do nível de subsistência.

A análise que este trabalho faz dos dados contidos nas tabelas 1 e 2 reforçam a convicção que “paixão pelos pobres” à parte, os pessimistas continuam muito mais próximos da verdade do que seus oponentes.

Os dados da tabela 1 foram coletados de Peter Mathias que dedica seu livro *In Memoriam* ao Professor Ashton — homenagem que deve ser considerada muito apropriada, pelo grande estudioso que ele foi — não deixa dúvidas de que os otimistas exageraram nas suas proposições sobre o bem-estar da classe trabalhadora britânica, principalmente antes da década de 40 do século XIX. E se houve algum nível de ideologização da história pelos pessimistas, os otimistas historicizaram uma ideologia da industrialização generosa e benevolente com os pobres, com o claro intuito, expresso por Hayek em *Capitalism and the Historians*, de defender abertamente o capitalismo.

Saindo do universo quantitativo — sem desconsiderar sua validade —, este trabalho lembra de uma reflexão de Hobsbawm quando diz que a visão pessimista está mais de acordo com o conjunto da história inglesa, e que a mesma se coaduna perfeitamente com o descontentamento popular do início do século XIX; enquanto pela visão otimista aquela forte agitação das massas é totalmente inexplicável.

Notas